

# **Estatutos da Associação de Maria, Rainha dos Corações**

\* \* \*

## **Natureza e Finalidade**

**Art. 1 – A Associação Maria, Rainha dos Corações** é um agrupamento de fiéis, clérigos ou leigos, que desejando ser **testemunhas da verdade do Evangelho**<sup>1</sup>, propõem-se a viver as exigências do seu baptismo como ajuda para a vivência duma consagração total a Cristo pelas mãos de Maria. Com este propósito, comprometem-se **a praticar a verdadeira devoção para com a Santíssima Virgem** tal como fora ensinada por S. Luís Maria de Montfort, que será para eles o seu verdadeiro **Guia e Mestre espiritual**<sup>2</sup>.

**Art. 2 – § 1** – Unida estruturalmente à Companhia de Maria, a **Associação Maria, Rainha dos Corações** não dispõe de qualquer estrutura jurídica autónoma<sup>3</sup>. Os seus membros participam, cada qual no seu próprio ambiente de vida, na missão dos Monfortinos na Igreja, ou seja: preparar o **Reino de Jesus por Maria**<sup>4</sup>.

**§ 2 – A Associação de Maria, Rainha dos Corações** é, desta forma, uma “extensão” da Companhia de Maria, não no sentido de que a SMM procure que todas as pessoas lhe sejam associadas, mas sim que *“mais cedo ou mais tarde a Virgem Santíssima tenha mais do que nunca, mais filhos, mais servos e mais escravos de amor, e que, dessa forma, Jesus Cristo, meu Mestre querido, possa reinar mais intensamente do que nunca dentro dos seus corações”*<sup>5</sup>.

**§ 3** – A Associação, portanto, não está ao serviço da Companhia de Maria, mas com a Companhia de Maria está ao serviço da Rainha, ao serviço da Santa Igreja, ao serviço das almas, ao serviço do povo de Deus, ao serviço do **Reino de Jesus por Maria**.

## **Centros**

**Art. 3** – O centro internacional da **Associação de Maria, Rainha dos Corações** tem a sua sede na casa geral da Companhia de Maria. Cada país poderá ter um centro nacional (regional...) erecto pelo Superior geral ou seu delegado.

**Art. 4 – § 1** – O Superior geral da Companhia de Maria é o Director geral da **Associação de Maria, Rainha dos Corações**. Ele tem o poder de nomear, para os diversos centros, um director delegado nacional, regional ou local.

§ 2 – Se o Superior geral desejar nomear um sacerdote secular como director dum centro da Associação, deverá obter primeiramente o consentimento do Ordinário do respectivo sacerdote; tratando-se dum sacerdote religioso não Monfortino, deverá ter o cuidado de pedir autorização ao respectivo Superior maior desse religioso.

## **Competência dos directores**

**Art. 5** – § 1 – O Director geral comunica aos Directores dos Centros directivas e instruções que ele julgar úteis e estará atento para que sejam postas em prática.

§ 2 – É seu direito autorizar a erecção de novos centros; pertence-lhe igualmente examinar e aprovar, com o consentimento dos seus conselheiros, os Estatutos de cada centro.

**Art. 6** – §1 – Os Directores dos Centros estão ao serviço dos membros da Associação para os ajudar a conhecer e aprofundar mais e melhor a vivência da via espiritual legada por S. Luís Maria de Montfort. Deverão estimulá-los à vivência de uma perfeita fidelidade às promessas baptismas, ou seja, a seguirem fielmente a Jesus Cristo, Sabedoria Eterna e Encarnada para a salvação do mundo; farão isso mediante um abandono total de si mesmos Àquela através da qual, sob a acção poderosíssima do Espírito Santo, Ele quis vir até nós.

§ 2 – Recordarão aos membros o seu dever de tornarem conhecido no seu ambiente, sobretudo através do exemplo da própria vida, esse caminho de vida a fim de que venha a nós, quanto antes, o **Reino de Jesus por Maria**<sup>6</sup>.

**Art. 7** – Se os membros têm um justo direito a receber a formação a que têm direito e que procuram, também os directores têm a obrigação de providenciar directa ou indirectamente à sua formação inicial e permanente<sup>7</sup>.

Nesse caso, o Superior geral terá o cuidado de preparar ou fazer preparar um programa ou um manual em que estabelecerá, com clareza, as etapas a percorrer antes que o candidato seja admitido na Associação e também as obrigações da formação permanente. Esse programa ou manual submetê-lo-á ao julgamento e à aprovação do conselho geral.

## **Membros**

**Art. 8** – **A Associação de Maria, Rainha dos Corações** está aberta a todos os fiéis (leigos, clérigos, religiosos) que desejem comprometer-se na caminhada espiritual e apostólica proposta por S. Luís Maria de Montfort. Tratando-se de religiosos, ter-se-á em conta o que diz o can. 307, § 3.

**Art. 9** – Aquele que, após a formação e preparação necessárias, fizer a sua consagração a Jesus, Sabedoria Eterna e Encarnada, pelas mãos de Maria segundo a fórmula de S. Luís Maria de Montfort, poderá ser aceite na Associação.

**A incorporação far-se-á** após um pedido expresso e motivado do candidato e sua aceitação por parte do Director, **no momento da consagração feita na presença do director ou do seu delegado e inscrita no respectivo registo da Associação.**

## **Obrigações**

Art. 10 – A consagração pela qual o cristão se compromete na Associação implica o compromisso a viver, no seu próprio estado de vida, no seu ambiente e no seu emprego, o espírito e a espiritualidade de Montfort. Procurará que esse espírito anime toda a sua vida e vivifique todas as suas actividades, todo o seu apostolado.

Renovando, cada dia, a sua consagração, ele colabora, na medida das suas possibilidades e segundo a sua própria condição, no apostolado da Companhia de Maria segundo as directrizes do Director geral.

Art. 11 – Para os mebrs que o desejarem, o Director geral poderá criar, no seio da Associação, um grupo de associados que venha a comprometer-se por promessas ou por votos, conforme o seu estado, a viver os conselhos evangélicos segundo a inspiração e espiritualidade de S. Luís Maria de Montfort; será um agrupamento de consagrados que se comprometem a um apostolado específico, mas sempre em conformidade ao espírito e espiritualidade de S. Luís Maria de Montfort.

Art. 12 – O Director geral providenciará a que sejam preparadas, para esse efeito, normas próprias que respondam, ao mesmo tempo, às aspirações desses membros e à natureza da Associação.

Ao Director geral e seus conselheiros pertence examiná-las e aprová-las desde que sejam julgadas aptas a guiar os fiéis na via que conduza à Sabedoria Eterna e Encarnada, Jesus, Filho de Deus e de Maria.

## **Participação nos bens espirituais**

Art. 13 – Pelo facto de terem entrado na Associação, os membros ficam em comunhão espiritual com toda a família monfortina. Celebrarão com amor as festas litúrgicas da Congregação e isso será sinal e complemento da sua comunhão; são elas: a Anunciação do Senhor, no dia 25 de Março, que é a festa principal da Associação<sup>8</sup>. A Natividade, no dia 25 de Dezembro, a Imaculada Conceição, a 8 de Dezembro, e a festa de S. Luís Maria de Montfort, a 28 de Abril, são também festas a celebrar duma maneira muito particular pelos membros da Associação.

Os associados, porém, participam igualmente dos bens espirituais que derrama sobre a família monfortina Aquela *“que também se entrega inteiramente e de forma inefável Àquele que tudo lhe concede”*<sup>9</sup>.

Art. 14 – A entrada para a Associação cria um laço recíproco de fraternidade e solidariedade entre todos os membros da família monfortina. O novo membro participa nas alegrias e provações da sua nova família. Se é feliz por poder usufruir dos tesouros

espirituais desta família, esforçar-se-á por ajudá-la a enriquecer através da sua oração e oferecimento da sua vida inebriada pela consagração monfortina.

## **Modificação dos Estatutos**

Art. 15 – Com o consentimento dos seus conselheiros, o Superior geral tem o poder de fazer modificações nestes Estatutos aprovados pela Santa Sé, desde que não toquem na natureza ou finalidade da Associação.

*Servatis caeteris de jure servandis.*

Textus Approbatus  
Romae, die 26.4.2001  
Congregatio pro Inst. Vitae Consacratae  
Et Soc. Vitae Apostolicae

*Jesus Torres. Subs.*

1 – Serão *testemunhas da verdade* segundo o exemplo de Jesus que, diante de Pilatos, afirmou que Ele veio para *dar testemunho da verdade* (Jo 18,37); segundo o exemplo também dos mártires, os leigos são *colaboradores da verdade* (cfr. 3 Jo 8; *Apostolicam Actuositatem*, 6; – “*A vontade do Pai é que nos reconheçamos e amemos efectivamente todos os homens em Cristo, por palavras e obras, dando assim testemunho da verdade e comunicando aos outros o mistério do amor do Pai Celeste*” (Gaudium et Spes, 93).

2 – Cfr. *Redemptoris Mater*, 48.

3 – Cfr. Can. 303 e 312, § 2.

4 – Cfr. VD 227 e as Constituições da SMM, artigos 9 e 39.

5 – Cfr. VD 113.

6 – Não apenas os sacerdotes, mas “todos os leigos terão obrigação de cooperar para a dilatação e crescimento do Reino de Cristo no mundo...”. “Cada leigo deve ser, perante o mundo, uma testemunha da ressurreição e da vida do Senhor Jesus e um sinal do Deus vivo” (Lumen Gentium, 35+38).

7 – Cfr. Can. 677, § 2.

8 – Cfr. VD 243.

9 – Cfr. VD 144.